

SAYONARA JOAQUIM

**AS DESIGUALDADES REGIONAIS E O BEM ESTAR SOCIAL NO
BRASIL NOS ANOS NOVENTA**

**Monografia apresentada para obtenção do grau
de Bacharelado em Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná.**

Orientadora: Prof.^a Angela Welters

**CURITIBA
2003**

SUMÁRIO

LISTAS DE TABELAS	i
RESUMO	ii
INTRODUÇÃO	iii
1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1
1.1 TEORIAS DO CRESCIMENTO REGIONAL	3
1.1.1 Teoria da Mobilidade de Fatores	3
1.1.2 Teoria da Causação Cumulativa	5
1.2 COMPARAÇÃO ENTRE AS DUAS TEORIAS	9
2 PROCESSO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO	10
2.1 CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO APÓS 1930	12
2.2 DESCONCENTRAÇÃO DEPOIS DE 1970	16
2.2.1 Panorama das Desigualdades Regionais no Brasil	20
3 CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS E BEM ESTAR SOCIAL	22
3.1 MORTALIDADE INFANTIL	23
3.2 ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	24
3.3 SANEAMENTO BÁSICO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA	25
3.4 ANALFABETISMO E MÁDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE	27
3.5 COEFICIENTE DE GINI	29
3.6 VIOLÊNCIA	30
4 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

LISTA DE TABELAS

ABELA 1	- PRODUÇÃO NACIONAL DE CAFÉ ENTRE 1821-1890	11
ABELA 2	- PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E COTAÇÃO DO CAFÉ ENTRE 1901-1910	13
ABELA 3	- PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR ESTADOS E REGIÕES. BRASIL, 1907 - 1980	14
ABELA 4	- PARTICIPAÇÃO NA ÁREA CULTIVADA E VALOR DA PRODUÇÃO POR ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL 1940-1980	16
ABELA 5	- DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS SEGUNDO O Nº E FATURAMENTO 1975-1980	19
ABELA 6	- PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO PIB NACIONAL(EM %)	20
ABELA 7	- PARTICIPAÇÃO DE ALGUMAS REGIÕES NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NACIONAL (EM %)	21
ABELA 8	- ESTRUTURA DO PIB POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO 1990 A 1998 (EM %)	22
ABELA 9	- TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - BRASIL E GRANDES REGIÕES 1990-1998	24
ABELA 10	- ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER AMBOS OS SEXOS BRASIL E GRANDES REGIÕES - 1996 -1999	25
ABELA 11	- PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA BRASIL E GRANDES REGIÕES 1992-1999(EM %)	26
ABELA 12	- PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO - BRASIL E GRANDES REGIÕES 1992-1999(EM%)	27
ABELA 13	- TAXA DE ANALFABETISMO - BRASIL E GRANDES REGIÕES 1992-1999 (EM %)	28
ABELA 14	- MÉDIA DE ANOS DE ESTUDOS DE INSTRUÇÃO FORMAL BRASIL E GRANDES REGIÕES - 1992 A 1999	29
ABELA 15	- COEFICIENTE DE GINI - BRASIL E GRANDES REGIÕES 1992-1999	30

RESUMO

O presente trabalho tem como tema as desigualdades regionais e o bem estar social no Brasil nos anos noventa. Sendo o crescimento econômico uma forma de medir a riqueza de um país, o trabalho tem como objetivo analisar a distribuição da riqueza no país e identificar se nas regiões mais ricas também estão os melhores níveis de qualidade de vida. Para execução do trabalho, foram utilizados como indicadores de bem estar social a mortalidade infantil, o acesso a saneamento básico e água tratada, analfabetismo e anos de estudo formal, esperança de vida, coeficiente de GINI e violência, em comparação ao PIB das regiões brasileiras. Comparando-se os melhores resultados concluem-se que as regiões mais ricas realmente concentram os melhores indicadores de bem estar social.

INTRODUÇÃO

O Brasil ao longo de sua história tem apresentado um aumento no seu crescimento econômico, principalmente devido a avanços nos setores produtivos do país.

Este crescimento econômico pode ser descrito, como sendo um aumento da riqueza do país, portanto tem um reflexo muito grande sobre o desenvolvimento sócio – econômico da população.

Tendo em vista esta relação entre os fatos, o presente trabalho estudará a evolução das desigualdades regionais de crescimento econômico e bem estar social no Brasil nos anos noventa, com a finalidade de demonstrar se o aumento da riqueza reflete em melhor qualidade de vida da população.

Para representar o crescimento utilizaremos o Produto Interno Bruto (PIB) nacional e regional, demonstrando sua evolução e distribuição ao longo do período.

Como indicadores de bem estar utilizaremos as informações sobre as taxas de mortalidade infantil, saneamento básico e água tratada, média de anos de escolaridade, analfabetismo, concentração de renda (coeficiente de GINI), esperança de vida e violência no Brasil e grandes regiões, pois abrangem as condições e também os efeitos de uma boa qualidade de vida.

No primeiro capítulo o trabalho estudará as duas principais teorias que abordam a relação entre o crescimento e o desenvolvimento econômico com visões opostas , a Teoria Neoclássica e a Teoria da MYRDALL, para que possamos verificar se há relação entre a aumento da riqueza e desenvolvimento, e após estudar o caso brasileiro concluir qual das teorias melhor se encaixa a nossa realidade.

No segundo capítulo abordaremos a evolução da história econômica brasileira, verificando qual o perfil da economia ao longo dos anos, seu desenvolvimento, se foi de forma homogênea em todo país e suas características. Para que possamos ter uma noção de como este panorama histórico se reflete na situação atual do país.

No Terceiro capítulo estudaremos os anos noventa, fazendo a comparação entre todas as regiões brasileiras e seus indicadores sócio-econômicos (delimitados

anteriormente), com a finalidade de estabelecer a inter-relação entre as variáveis, positiva ou não.

O objetivo deste trabalho é comparar os indicadores de riqueza e bem estar social de todas as regiões brasileiras nos anos noventa, com intuito de verificar se as regiões mais ricas possuem também a melhor qualidade de vida.

1. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Um dos principais objetivos e preocupações dos governantes é aumentar as taxas de crescimento da economia a fim de conseguir gerar empregos para população, diminuir as disparidades regionais de renda e elevar o padrão de vida da população.

A taxa de crescimento econômico tem como medida o percentual de variação do Produto Interno Bruto (PIB), que é um indicador que representa o uso mais intensivo dos fatores de produção, demonstrando o aumento da riqueza do país ou região.

Segundo SEN (2000) o crescimento econômico é o processo de mudança quantitativa de uma determinada estrutura econômica, mensurada normalmente pela renda per capita, que é determinada pelo total do PIB dividido pela população total.

Ou seja, o crescimento é expresso pelo aumento da riqueza através da produção. A quantidade pode não refletir a melhoria da qualidade de vida, sendo necessário incluir o conceito de desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento é o processo de melhoria da qualidade de todas as vidas humanas. Três aspectos igualmente importantes do desenvolvimento são:

Aumento dos níveis de vida da população, isto é, sua renda e níveis de consumo de alimentos, serviços, médicos, educação, etc...

Criação de condições que contribuam para o aumento do auto-respeito da população através do estabelecimento de sistemas econômicos, políticos, sociais e institucionais que garantam a dignidade e o respeito humano.

O aumento da liberdade de escolha da população através da ampliação de sua gama de variáveis de escolha.(M. TODARO citado em LEITE, 1983, pág. 27)

Segundo GENEUX (1993) a polêmica em torno do conceito de desenvolvimento consiste na diferenciação de crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico refere-se ao crescimento da produção e renda enquanto o desenvolvimento reflete a elevação do nível de vida da população.

Conforme SOUZA (1997) o crescimento econômico é uma simples variação do produto, o que não leva a melhoria da qualidade de vida das pessoas, pois o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de bem estar do conjunto da população.

O desenvolvimento econômico seria uma medida do bem estar da sociedade, um aumento da riqueza, distribuída igualmente, melhorando as condições de vida da população em consumo, educação, saneamento, habitação, saúde, etc...

Segundo Lewis citado em (LEITE, 1983, pág.18) "(...) o desenvolvimento econômico, aumentando a oferta do que é essencial a sobrevivência, dá – nos o direito de optar entre a vida e a morte, isto é, dá possibilidade de sobreviver a um número maior de crianças e alarga a esperança de vida do homem".

Conforme GENEUX (1993, pág.23) "O desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população".

Segundo MACNAMARA citado por (LEITE,1983, pág.27) "(...) é preciso ampliar o conceito global de desenvolvimento para que ultrapasse simplesmente o crescimento do PIB. Este crescimento é a condição necessária ao desenvolvimento, mas não é suficiente".

Analisando os conceitos verifica-se que há uma relação entre crescimento e desenvolvimento, pois o crescimento gera aumento da renda que é um fator essencial para financiar o desenvolvimento, e conseqüentemente a melhorar o bem estar social, mas o ponto chave deste trabalho está em verificar se esta relação é constante, se o crescimento sempre gera desenvolvimento ou não.

A seguir veremos algumas teorias referentes ao crescimento regional.

1.1 TEORIAS DO CRESCIMENTO REGIONAL

1.1.1 TEORIA DA MOBILIDADE DE FATORES

Alguns dos teóricos que escreveram sobre o assunto e compartilham da mesma conclusão são Meade, Solow e outros de inspiração Keynesiana como Harrod, Domar e Kaldor, que tem como principal fundamento o princípio que o crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento econômico.

Baseados no fato de que o crescimento econômico vem do aumento da produção e da renda, automaticamente distribuindo a renda entre os proprietários dos fatores de produção e a população irá melhorar os padrões de vida e o desenvolvimento econômico.

Conforme SOUZA (1997) um aumento do PIB superior ao da população melhora a renda média real das pessoas, bem como a capacidade dos indivíduos de atender suas necessidades, o crescimento garante o futuro, pois o rápido desenvolvimento da renda permite uma poupança que assegura os investimentos produtivos, a produção e os empregos futuros.

O aumento do poder de compra da maioria da população reduz as desigualdades sociais, através da distribuição da renda nacional, permitindo o financiamento da seguridade social e serviços coletivos como saúde, educação, transportes, justiça e saneamento básico.

Segundo LEITE (1983) um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora possua recursos ociosos, como terra e mão de obra, não utiliza integralmente os fatores de produção que dispõe, assim a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

O crescimento rápido de algumas regiões devido à industrialização, comércio ou outros fatores faz com que a região tenha um crescimento superior às outras.

As regiões crescerão com maior rapidez quanto mais elevadas suas propensões para poupar e quanto menor suas relações capital – produto. De forma semelhante, as regiões que experimentam migração líquida também cresceram com maior rapidez do que as outras. As regiões de rápido crescimento possuem taxas de poupança muito altas e elevadas taxas de crescimento natural, provavelmente terão que importar tanto capital como mão de obra. (DOMAR citado em RICHARDSON, 1973, Pág. 38)

A suposição de pleno emprego contínuo é inaplicável a um sistema multi-regional no qual surgem problemas regionais por causa de diferenças geográficas no grau de utilização dos recursos.

O modelo neoclássico voltado regionalmente envolve a teoria da mobilidade de fatores além de uma teoria de crescimento. A implicação de uma concorrência perfeita é que o capital e a mão de obra se movimentam em resposta a diferença de rendimentos de fatores. A condição de crescimento é a possibilidade de substituição entre o capital e a mão de obra, daí a flexibilidade na relação capital-produto. (RICHARDSON 1973, pp. 53)

Segundo RICHARDSON (1973) o modelo neoclássico tem como base que a taxa de crescimento compõe-se de três fontes: acumulação de capital, um aumento da oferta de mão-de-obra e um resíduo, que podemos denominar de progresso técnico, mas que abrange, tudo que aumenta a eficiência de um dado estoque de recursos.

As diferenças entre as regiões são geradas pelas diferenças entre o progresso técnico e crescimento demográfico, mas podem ser compensadas com combinações nas relações capital – produto.

Segundo RICHARDSON, 1973 a ajustabilidade entre capital e produto é a característica fundamental do modelo de mobilidade de fatores.

As poupanças geradas internamente numa região nem sempre são iguais ao investimento regional, portanto a região terá que importar capital se sua taxa de crescimento for maior que a relação entre poupanças internas e o capital, quanto mais alta a taxa de crescimento da região, mais provável que ela importe capital.

O desequilíbrio entre as regiões pode ser reflexo das diferenças entre as relações capital e trabalho (K/T), pois região com K/T mais elevado tem o seu salário real mais alto e o produto marginal do capital (PMK) mais baixo, isto gerará um

desequilíbrio temporário, para restaurar o equilíbrio o capital terá que fluir da região de alto salário para as de baixo salário, pois oferecem rendimentos mais altos ao capital e a mão de obra, em direções opostas até que os rendimentos se igualem.

O modelo conclui que as desigualdades tendem a se reduzir com o livre funcionamento do mercado. A perfeita mobilidade de fatores acabará equilibrando o sistema, portanto mesmo que as regiões tenham diferenças de crescimento, a mobilidade dos fatores levará a convergência de rendas regionais.

1.1.2 TEORIA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA

Esta teoria foi formulada por Gunnar MYRDALL, onde demonstra que o crescimento diferenciado das regiões acarreta diferenças crescentes, e principalmente que o mercado age no sentido de desigualdade social e econômica.

Um processo acumulativo do mesmo caráter geral, descendente ou ascendente, será também provocado por uma transformação nos termos de intercâmbio de uma comunidade ou de uma região, quando a mudança é grande e suficientemente persistente, ou por qualquer outra que resulte em acréscimo ou decréscimo substancial nas quantidades econômicas interrelacionadas: a demanda, poder aquisitivo e rendas, investimento e produção. A principal idéia, que desejo veicular, é que o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais. (MYRDALL, 1972, pág.51)

O processo de interdependência circular dentro do processo de causação cumulativa tem validade em todo campo das relações sociais.

Em uma região com poucos recursos e economia restrita a atividades de uma determinada fábrica, ocorre um incêndio no qual a fábrica é destruída, então os proprietários decidem que não vale a pena reconstruí-la pelo menos naquela localidade e ela deixa de operar. Sendo a fábrica a principal fonte de renda, para subsistência da população, o efeito imediato é o aumento do desemprego e conseqüentemente diminuição da renda e demanda por serviços e negócios da comunidade, que eram vendidos aos empregados e a firma, formando assim um "círculo vicioso". (MYRDALL, 1972, pág.72)

Segundo MYRDALL (1972) uma redução ou a extinção das atividades

produtivas de uma região levará a mudanças no comportamento da comunidade pois o desemprego não afeta somente os empregados destes setores, mas também afeta outros setores da economia que prestavam serviços as empresas e aos funcionários.

A região ficará restrita, pois não terá atividades para alocar os desempregados, os mesmos não encontrando emprego no local são atraídos a deslocarem-se para outras regiões em busca de trabalho, o que altera a composição etária da população reduzindo-se a de idosos, crianças, mulheres e de pessoas de baixa escolaridade e qualificação, devido à falta de opções a região torna-se pouco atrativa a investimentos e mão de obra.

Conforme MYRDALL(1972) economicamente há um empobrecimento da região, com a redução da renda diminuirá a arrecadação de tributos, isto pode ser saneado com o aumento da taxa de tributação, mas isto estimulará ainda mais a saída de trabalhadores e negócios da comunidade.

Esta imigração é prejudicial ao crescimento da comunidade, pois a mão de obra que se desloca normalmente são homens, jovens, com melhores condições de saúde e escolaridade, com grande capacidade produtiva, deixando a região com uma população com capacidade produtiva bem menor, portanto rendas menores. Será necessário aumentar muito a tributação para poder manter o mesmo nível de qualidade dos serviços prestados a comunidade, mas este aumento é limitado a renda das pessoas, o que provavelmente provocará uma baixa nos padrões de vários serviços públicos como escolas, hospitais, estradas, saneamento básico, etc....

As mudanças podem ser desfavoráveis, o que prejudica a região onde ela ocorreu, mas se inicialmente houveram mudanças positivas a região terá um impulso favorável ao seu desenvolvimento. Uma região com crescimento acelerado têm uma capacidade muito grande de atração de investimentos, serviços, infra- estrutura e mão de obra, principalmente originária de regiões com menor crescimento ou estabilizadas. (MYRDALL,1972,pág. 74)

A firmas são atraídas para regiões onde haja mais recursos de transporte,

capital, informações, infra-estrutura e mão de obra qualificada, assim como os trabalhadores estão em busca de melhores salários e oportunidades. Assim, para o autor:

O estabelecimento de um novo negócio ou ampliação de um existente, expande o mercado para outros, como acontece em geral, com o aumento da renda e da demanda. Os lucros em elevação aumentam as poupanças, ao mesmo tempo em que elevam, ainda uma vez, a demanda e o nível de lucros. O processo de expansão cria economias externas favoráveis à sua continuidade. (MYRDALL, 1972, pág. 50).

A tributação local é o fator das inter-relações causais em processo acumulativo descendente, pode ser reduzida, e melhorada a quantidade e a qualidade dos serviços públicos. Essas mudanças tornaram a comunidade mais atrativa a financiamentos, negócios e trabalhadores.

A região favorecida torna-se um pólo de atração concentrando remunerações maiores, atividades como ciência, educação, literatura, comunicação, sistema de transporte, comércio, bancos, atividades industriais e uma diversidade de atividades econômicas, fazendo com que passe a ter vantagens competitivas sobre as outras regiões.

O atual poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento, e não em vários outros lugares. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortificam e mantiveram seu crescimento contínuo às expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário a estagnação ou regressão relativa se tornou norma". (MYRDALL, 1972, pág.52)

Podemos verificar que a expansão do crescimento de uma região acarreta "efeitos regressivos" (back wash effects) em outras localidades, pois os movimentos de migração, capital e comércio convergem em direção das regiões mais favorecidas.

Os efeitos são sempre acumulativos melhorando a situação das regiões mais afortunadas e prejudicando as regiões desafortunadas, pois a migração normalmente é seletiva, atraindo a mão de obra mais produtiva e qualificada, os movimentos de capitais impulsionam os investimentos, a renda e a poupança e o comércio faz com que se

ampliem os mercados, o que conferirá maiores vantagens comparativas.(MYRDALL, 1972, pág.53)

A tendência é formar uma grande concentração do desenvolvimento em determinadas regiões em detrimento do empobrecimento econômico e social de outras regiões.

Segundo MYRDALL (1972) existem os “efeitos propulsores” (spread effects) que se propagam do centro de expansão econômica para outras regiões em torno de seu ponto central , atingindo locais onde existem condições favoráveis à produção, como matéria prima e mão de obra.

Essa localidade afetada torna-se um novo centro de expansão auto suficiente capaz de superar os efeitos regressivos, formando o processo social acumulativo pela causação circular. O autor esclarece ainda que:

Em nenhuma circunstância os “efeitos propulsores” permitem estabelecer os pressupostos para uma análise do equilíbrio. No caso as duas espécies de efeitos se compensarão reciprocamente e uma região estará em “estagnação”. Mas não é de equilíbrio estável esta posição, porque qualquer mudança nas forças em oposição desencadeará movimento acumulativo ascendente ou descendente.(MYRDALL, 1972; pág. 59)

Podemos concluir que a desigualdade é gerada pelos diferentes níveis de progresso entre as regiões, em países em desenvolvimento rápido, verifica-se que a maioria das regiões se encontra atrasada e estagnada e ficando cada vez mais pobre em consequência da concentração do desenvolvimento em regiões específicas, ou seja, as riquezas do país continuarão aumentando, enquanto a qualidade de vida se tornara cada vez mais desigual.

1.2 COMPARAÇÃO ENTRE AS DUAS TEORIAS

A teoria neoclássica fundamenta-se em uma visão de que o livre mercado possibilitará uma maior mobilidade dos fatores produtivos entre as regiões, inicialmente provocando um desequilíbrio temporário, que será saneado com uma convergência de rendas, oriunda da diferença das produtividades marginais, que sempre levará a redução das desigualdades.

Ou seja, a tendência da economia é sempre se equilibrar devido à mobilidade dos fatores, eliminando eventuais desigualdades .

A teoria formulada por MYRDALL diverge desta visão, pois considera que a mobilidade de fatores gera desigualdades, concentração populacional e de riquezas em determinadas regiões com maior crescimento, gerando assim outras regiões gradativamente cada vez mais pobres.

Logo, tendo como pressupostos o livre mercado e a perfeita mobilidade de fatores, MYRDALL conclui que a economia desenvolve-se no sentido da desigualdade cada vez maior entre as regiões através do princípio da causação circular acumulativa.

Como na realidade não se observa um fenômeno de convergência de rendas entre as regiões e sim um agravamento das disparidades existentes, a visão de MYRDALL parece explicar de maneira mais convincente os fenômenos reais. Sendo assim, utilizaremos o mesmo para demonstrar o caso das disparidades regionais no Brasil.

2. PROCESSO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO

Analisando as características econômicas e sociais de um país, podemos notar a profunda relação com o seu processo histórico de desenvolvimento, sendo assim há a necessidade de abordarmos o caso brasileiro para maior entendimento do contexto atual.

A história econômica e demográfica do Brasil é marcada pela descontinuidade espacial e temporal, influenciando o rumo da evolução das regiões ou complexos exportadores, suas localizações em espaços distintos, a dinâmica econômica e a diversificação de suas bases produtivas.

Durante maior parte de sua história o Brasil direcionou o seu desenvolvimento para viabilizar a sua inserção no mercado internacional, claramente demonstrado pela produção de diferentes bens e ciclos de expansão.

O dinamismo relativo dos vários ciclos exportadores dependeu das condições da produção, das mudanças no mercado internacional e das vantagens comparativas do Brasil nos diferentes setores do comércio internacional. A circulação entre as várias regiões que produziam diferentes mercadorias ou minérios era frágil, já que cada região estava conectada diretamente com o mercado externo. Por outro lado dada a natureza das relações de produção onde predominava o trabalho escravo ou quase servil, que prevaleceram em grande parte de sua história, não se constitui um mercado interno, assim o estímulo básico para a comunicação e a articulação não se desenvolveu. (CAMPOLINA DINIZ E MARTINE ,1991, pág. 112)

Em meados do século XIX o café tornou-se o principal produto de exportação do Brasil, num período de aproximadamente 70 anos (1821-1890) a produção nacional aumentou em 48.463.000 sacas (Tabela 1), demonstrando claramente a importância adquirida pelo café na economia.

TABELA 1 – PRODUÇÃO NACIONAL DE CAFÉ ENTRE 1821-1890

DÉCADA	QUANTIDADE (sacas 60Kg)
1821-1830	3.178.000
1831-1840	10.430.000
1841-1850	18.367.000
1851-1860	27.339.000
1861-1870	29.103.000
1871-1880	32.509.000
1881-1890	51.631.000

FONTE: História Econômica do Brasil, Caio Prado Junior Apud ARRUDA, História Geral e História do Brasil . São Paulo, 1995, p. 228

Com a abolição da escravidão a produção cafeeira deslocou-se gradualmente para áreas onde predominava o trabalho assalariado, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Vale do Paraíba Paulista, iniciando-se a uma concentração da produção e consequentemente da economia, devido a sua importância econômica na época.

A produção de café exigiu a implantação de uma rede de serviços complementares como transporte ferroviário, máquinas de processamento do café, serviços urbanos, comunicações, o que possibilitou a promoção de São Paulo a região mais desenvolvida do país, atraindo correntes migratórias internas e internacionais.

No século XX começaram a desenvolver-se outros ramos da agricultura, a fim de abastecer as necessidades da população, agora assalariada, e matéria prima para as indústrias que começavam a ser implantadas.

O dinamismo e a agricultura principalmente cafeeira geravam excedentes que acabavam financiando outros setores como bancos, ferrovias, comércio e a expansão da produção industrial na região.

A primeira Guerra Mundial acelerou o processo de industrialização, pois as importações tiveram que ser reduzidas e aumentavam as necessidades de suprir a

demanda interna, a região mais uma vez com capacidade e estrutura para atender o crescimento rápido era a de São Paulo.

Os fluxos migratórios estimados em 1,57 milhão de pessoas entre 1900 e 1930, 82% dos quais eram imigrantes estrangeiros, estimularam a produção industrial.

Conforme CAMPOLINA DINIZ E MARTINE (1991, pág. 120) ” Em 1872 menos de 8% da população brasileira vivia em municípios de mais de 20.000 habitantes, à exceção de São Paulo, todas as cidades eram localizadas na costa, somente três municípios tinham mais de 100.000 habitantes (Rio de Janeiro, Salvador e Recife), entretanto São Paulo teve um crescimento mais rápido, aumentando de 65.000 habitantes em 1890 para 240.000 em 1900”.

2.1 CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO APÓS 1930

A grande depressão econômica 1929 no cenário internacional, teve impacto decisivo sobre a economia brasileira. A cafeicultura foi muito afetada, conforme TABELA 2 a partir de 1930 ocorreu um aumento das da produção de café, o que não se refletiu proporcionalmente no aumento das exportações, o preço da saca de café oscilou muito neste período, principalmente entre 1930 e 1940 estiveram abaixo do valor esperado para recuperar as perdas, gerando a formação de grande estoque do produto levando ao declínio do modelo agro-exportador.

Segundo (AURELIANO, 1981) o governo provisório mobiliza-se já em dezembro de 1930 para enfrentar e solucionar a grave crise que afeta a economia cafeeira. A política de defesa do café, beneficia principalmente o conjunto de interesses da burguesia cafeeira. Desde a compra de estoques, iniciada em 1931, até a moratória em 1933.

TABELA 2- PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E COTAÇÃO DO CAFÉ ENTRE 1901-1910

Médias Anuais (em milhões de sacas)			Cotações Mínimas e Máximas das Médias Anuais (Uscts/1b)
ANO	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO	COTAÇÕES
1901- 1910	13,2	12,7	6,40 - 8,60
1911- 1920	12,9	13,2	9,57 - 24,78
1921- 1930	17,6	14,4	10,0 - 24,25
1931- 1940	22,7	14,7	7,00 - 11,12
1941- 1950	14,1	13,8	8,12 - 49,50
1951 - 1960	22,0	15,1	36,69 - 78,75
1961- 1963	31,2	17,7	33,96 - 36,27

Fonte: Novíssimo Manual do Estudante, Clauset, Roberto Luiz , 1986, p. 69

Devido às mudanças internacionais a industrialização no país foi estimulada, deslocando a produção agrícola voltada para o mercado externo para o mercado interno, principalmente a indústria de alimentos.

Novamente a região de São Paulo foi beneficiada devido à concentração de mão de obra, tamanho do mercado, inter relações com o interior e outros mercados regionais, infra-estrutura de transporte e principalmente de capital disponível.

Segundo ANDRADE (1987) o problema dos desníveis de desenvolvimento regional, tem origem bem diversa, e apresentam características próprias em cada uma delas. Ocorre o desenvolvimento diferenciado: crescem economicamente, onde algumas regiões atraem habitantes e tem sua renda per capita elevada, diferenciando-se de outras áreas.

Os efeitos da crise em São Paulo foram menores, em função do apoio do Estado que decidiu comprar os excedentes de produção cafeeiros e sustentar o nível de atividade econômica de seus produtores.

Conforme CAMPOLINA DINIZ E MARTINE (1991) embora a depressão (1930) tenha devastado a economia baseada na cafeicultura centrada em São Paulo, o eixo Rio de Janeiro – São Paulo havia acumulado vantagens comparativas, bem como capital humano e físico, que lhe permitiu consolidar sua dominação crescente sobre a economia brasileira.

As regiões periféricas foram crescentemente obrigadas a adequar suas estruturas produtivas de forma a complementar com o eixo dominante, a medida que São Paulo ampliava sua importância e assim intensificava a divisão inter regional do trabalho no Brasil. Desde então a concentração industrial e demográfica se intensificou em São Paulo até aproximadamente 1970, em detrimento da maioria dos outros estados e regiões principalmente o Rio de Janeiro. (CANO,1985, pág. 110)

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR ESTADOS E REGIÕES. BRASIL, 1907- 1980

Região ou Estado	1907a	1919a	1939 ^a	1950b	1960b	1970b	1980b
Norte	4,3	1,3	1,1	0,6	1,0	1,0	2,5
Nordeste	16,7	16,1	10,4	9,3	7,7	5,7	8,0
Leste(MG, RJ,ES)	42,3	34,5	28,9	28,9	23,7	22,7	18,2
São Paulo	15,9	31,5	45,4	46,6	54,5	58,1	53,4
Sul	19,9	16,2	13,8	14,0	12,5	12,0	15,7
Centro – Oeste	0,9	0,4	0,4	0,6	0,7	0,5	1,2
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 1907, 1919 e 1939 – IBGE Censos Industriais no Brasil. . Apud. Martine e Diniz (1991, p. 128)

1950, 1960, 1970 e 1980 – IBGE, Censos Industriais.

Notas: (a) Participação no valor da produção da indústria de transformação.

(b) Participação no valor da transformação industrial da indústria de transformação.

Conforme a Tabela 3 podemos verificar claramente que São Paulo concentrava a produção industrial, tanto no valor da produção quanto o valor da transformação industrial representava cerca de 45% ou mais do total do país (1939 e 1980), enquanto isto outras regiões tinham um crescimento baixo ou até redução, um evento significativo foi a perda de importância da região Leste que chegou a representar cerca de 42% do valor da produção em 1907, acarretada pelo crescimento paulista.

As mudanças da estrutura produtiva do país incentivaram as migrações para as cidades e a expansão da fronteira de produção, além da região de São Paulo, como Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás.

Ocorreu a redução das migrações internacionais a partir de 1930, mas foram substituídas por migrações intra-regionais principalmente para regiões urbanizadas como São Paulo. Neste período dos 50 centros urbanos com mais de 20.000 habitantes dezesseis localizavam-se em São Paulo.

Segundo GUIMARÃES (1995, pág. 70)" (...) por volta de 1960, mais de 7 milhões de habitantes viviam em 41 cidades de mais de 20.000 habitantes dentro do estado de São Paulo, o que correspondia a 28% das cidades e 31% da população do país, neste período a área metropolitana de São Paulo ultrapassou a do Rio de Janeiro e já representava 21% da população urbana do país".

Conforme análise LESSA a economia brasileira passou um por um processo de estruturação, incentivada pelo governo, descrito a seguir.

A partir de 1950 iniciou-se uma reestruturação em diversos setores da economia como comunicações e transportes, grandes empreendimentos como parques industriais e mudança da capital Federal, estendendo o crescimento para outras regiões.

Em 1956 o governo iniciou um ambicioso projeto o Plano de Metas que indicava claramente a preocupação com a transformação qualitativa da economia, com a implantação de indústrias produtoras de insumos básicos, bens de capital, serviços públicos de apoio e a construção de uma nova sede administrativa do país.

O objetivo do Plano de Metas era atingir um grau de diversificação industrial, estimular a substituição de importações, reduzir o elevado grau de dependência de matérias primas e demais insumos e abrir possibilidades atraentes às empresas privadas e estrangeiras.

Durante o Plano de Metas (1957-1960) foram superadas as taxas de crescimento da economia o Produto Interno Bruto cresceu de 7,9% a.a. contra 5,2% a.a. dos períodos anteriores, decorrente da montagem de um sistema industrial integrado, com peso, setores produtores de bens de capital e insumos básicos, o setor

de transportes cresceu cerca de 8,8% e a renda média do setor industrial praticamente dobrou.

A respeito do Plano de Metas:

Ainda que tais indicadores apontem a dimensão dos esforços propostos a economia, é preciso considerar a composição do Plano, para avaliar a profundidade das transformações qualitativas a que se submeteu o país. Aliás, é nesse particular que residem os aspectos que notabilizam o Plano de Metas, pois constitui provavelmente a mais ampla ação orientada pelo Estado, na América Latina, com vistas a implantação de uma estrutura industrial integrada, indica claramente a preocupação dominante com a transformação qualitativa da economia, via montagem de indústrias produtoras de insumos básicos, de importante setor produtor de bens de capital e serviços públicos de apoio. (LESSA, 1981, p. 34)

O governo adotou políticas de captação de recursos internacionais para financiamento do crescimento, mas as vantagens locacionais ainda faziam a região de São Paulo ser mais beneficiada.

2.2 DESCONCENTRAÇÃO DEPOIS DE 1970

A partir de 1940 verifica-se o início da desconcentração agrícola, devido principalmente a substituição da cafeicultura na região de São Paulo pela industrialização, a agricultura foi expandindo sua fronteira e diversificando-se.

TABELA 4 -PARTICIPAÇÃO NA ÁREA CULTIVADA E VALOR DA PRODUÇÃO POR ESTADOS E REGIÕES. BRASIL 1940 – 1980.

	1940		1950		1960		1970		1980	
Região ou Estado	a	b	a	b	a	b	a	b	a	b
Norte	4,9	1,1	1,3	0,6	1,5	1,2	1,7	2,7	2,0,7	3,2
Nordeste	30,6	20,6	27,6	20,1	30,4	22,1	30,4	21,4	28,9	19,8
Leste(MG, RJ,ES)	22,1	23,6	21,9	21,1	18,3	17,2	14,4	13,4	12,6	12,8
São Paulo	22,9	35,0	22,3	34,1	16,6	24,0	13,9	21,9	12,1	20,6
Sul	1,6	16,8	23,7	21,0	28,3	30,3	32,5	34,7	29,7	25,9
Centro-Oeste	3,9	2,9	3,2	2,8	4,9	5,1	7,1	5,9	14,0	7,7

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários. Apud. Martine e Diniz (1991, p. 126)

Notas: (a) Participação na área plantada. (b) Participação no valor da produção.

Conforme demonstra a Tabela 4, ocorreu a redução da área plantada na região de São Paulo de 22,9% em 1940 para 12,1% em 1980 e a expansão para outras regiões como a região Sul que a área cresceu de 1,6% em 1940 para 29,7% em 1980 e Centro Oeste que teve um aumento significativo, enquanto os valores de produção não tiveram variações altas devido provavelmente a diversificação de culturas.

Conforme KON (1994) a desconcentração ocorreu porque a fronteira agrícola alcançou um dinamismo próprio, a medida que o valor das terras previamente ocupadas aumentou e que a infra- estrutura, foi sendo gradualmente construída, essa nova incorporação de áreas agrícolas (Paraná, Mato Grosso do Sul, parte de Minas Gerais e Goiás) levou a uma redução de predominância de São Paulo.

Apesar da expansão da fronteira agrícola e da maior integração nacional, verificou-se com o tempo que algumas áreas do país continuaram isoladas.

O crescimento neste período tem como explicação primordial a demanda interna, o que explica o fato da indústria de bens de consumo durável ser ao lado da construção e da indústria de bens de capital, as maiores responsáveis pela elevação da taxa de crescimento econômico ao longo do Milagre. O setor de bens de consumo durável cresceu, entre 1968-1973 a uma taxa média superior a 23%, o setor de bens de capital a uma taxa próxima dos 18% e o da construção 15%. (KON ,1994,pág.96)

A preocupação do Estado com a integração nacional, segurança, expansão da fronteira agrícola, teve papel chave para desenvolver regiões atrasadas incorporando-as ao espaço econômico nacional, fazendo com que ocorresse uma expansão econômica pelo país.

Segundo KON (1994) a estratégia de integração nacional, conforme a concepção do I PND (1970-1974), deveria ter a função de simultaneamente propiciar a expansão acelerada e auto-sustentada da economia, por meio da ampliação no mercado interno e promover uma progressiva descentralização econômica, mediante o desenvolvimento do Sul, Nordeste, Planalto Central e Amazônia.

O problema do subdesenvolvimento, pela necessidade de crescer acima de 7% ao ano, a fim de reduzir-se a distância em relação aos países desenvolvidos e superar-se, de muito, o aumento da população, de modo a permitir a elevação da renda per capita e dos padrões de bem estar do povo. Neste contexto de áspera preparação, O Brasil não almeja apenas crescer.

Almeja no final do século, ser parte integrante do desenvolvimento. (Presidência da República, 1971, p. 5 in: KON (1994) Planejamento no Brasil, p. 44)

Para alcançar seus objetivos de reduzir as desigualdades regionais do I PND o governo federal lançou mão dos incentivos fiscais, regionais no caso do Nordeste e da Amazônia e, nas demais regiões, utilizou-se de financiamentos propiciados pelos Bancos oficiais, medidas tributárias, transferências da União e investimentos do governo Federal.

O apoio do Estado em incentivar a criação de novos parques industriais refletiu na formação de focos de industrialização fora do eixo de concentração de São Paulo, a partir de 1970.

Regionalmente foram adotados muitos projetos de desenvolvimento como por exemplo:

Região Norte: A construção de sistemas rodoviários de interligação do Nordeste e Amazônia, mediante o início da construção da Transamazônica, o fator mais importante a criação do pólo eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus, O Projeto Carajás, criando o complexo mineiro –metalúrgico concentrado no Pará e a construção da Hidroelétrica de Tucuruí.

Região Nordeste: foram implantados e consolidados conjuntos de atividades econômicas como pólo petroquímico de Camaçari (BA), a agricultura irrigada do São Francisco e do Vale do Açu, um conjunto de atividades industriais incentivadas nas regiões Metropolitanas nordestinas, a produção de grãos no oeste da Bahia e cerrados do Piauí e Maranhão.

Região Sul: a modernização da agricultura, articulada a políticas de exportação, fez sentir na indústria local de bens de capital, máquinas e equipamentos, expansão da indústria química e petroquímica, motivada pelos investimentos do setor produtivo estatal, sobretudo na economia paranaense e gaúcha, formação de complexos agroindustriais com reflexos significativos sobre a dinâmica econômica, inclusive urbana.

Região Centro – Oeste: Obteve incentivo fiscal e financeiro da SUDAM e do Banco da Amazônia, já que era integrada a Amazônia legal. Foram contemplados

vários programas governamentais como POLOCENTRO, PRODECER, PROVÁRZEA, PÓLOAMAZÔNIA e outros, que não se limitaram a atuar na região, mas tiveram impactos consideráveis em sub-regiões. Devido à diferença do preço das terras, relativo ao Sul e Sudeste, houve maior utilização produtiva do cerrado e a presença do Distrito Federal.

Conforme AZZONI (1997) a desconcentração ocorrida representou, em síntese, a implantação e consolidação de complexos econômicos, pólos ou áreas de modernização das economias regionais menos industrializadas, que se integram por meio de especializações, com o restante da economia nacional, em particular com regiões mais desenvolvidas economicamente.

A desconcentração ocorrida, embora estivesse longe de significar a redefinição da divisão entre as regiões, fez surgir especializações fora da região Sudeste, regiões mais atrasadas como a Nordeste, tiveram um crescimento da produção voltada para a exportação e processamento industrial, transformações na agropecuária do Sudeste, Sul e Centro Oeste com a consolidação de complexos agroindustriais e expansão da fronteira agrícola.

Conforme GUIMARÃES (1995) na atividade industrial as mudanças são mais perceptíveis. No Norte a participação de bens de capital passa de 5% em 1970 para 48% em 1985, no Nordeste o avanço na indústria de bens intermediários passa de 34% em 1970 para 48% em 1985.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS, SEGUNDO NÚMERO E FATURAMENTO – 1975/ 1980

ANO

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Número de Empresas						
1975	100,0	0,5	6,2	82,4	10,5	0,3
1980	100,0	1,9	8,2	74,3	15,3	0,3
Faturamento						
1975	100,0	0,2	2,1	92,1	5,5	0,1
1980	100,0	1,1	4,1	87,0	7,7	0,1

FONTE: VISÃO. Quem é quem na economia brasileira. In: Guimarães (1995, p. 130)

O reflexo da desconcentração pode ser verificado principalmente nas regiões Norte e Sul que tiveram aumentos expressivos no número de empresas instaladas e faturamento (TABELA 5), São Paulo continuou a ter uma grande vantagem, mas teve uma redução na quantidade de empresas grande, tendo em vista o curto período de tempo considerado (1970 a 1980).

Nos anos 80 a crise e a instabilidade interromperam as grandes transformações, sobretudo na economia urbana e em particular no setor industrial das regiões.

2.2.1 PANORAMA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

O processo descrito anteriormente demonstrou uma desconcentração no processo produtivo brasileiro, analisando os dados das Tabelas 6 e 7 verificaremos o impacto econômico destas mudanças.

TABELA 6 – PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO PIB NACIONAL (EM %)

ANO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1939	2,70	16,90	62,95	15,33	2,11
1947	2,35	15,38	64,20	16,46	1,61
1948	2,03	14,93	65,44	15,81	1,80
1960	2,30	14,53	63,59	17,26	2,32
1970	2,22	11,92	65,21	17,04	3,61
1975	2,16	11,28	64,46	18,06	4,03
1980	3,33	12,17	62,19	17,29	5,02
1985	4,22	13,83	59,45	17,11	5,39
1986	4,54	14,19	58,58	17,11	5,58
1987	4,65	14,13	58,87	16,56	5,79
1988	4,80	14,15	58,96	15,89	6,20
1989	5,05	14,32	58,66	15,66	6,31

Fonte: AZZONI, 1997, p.58

A Tabela 6 demonstra a evolução do PIB regional entre 1939 e 1989, onde podemos notar claramente que apesar dos esforços, permanece a supremacia da região Sudeste na concentração econômica, teve uma queda em sua representatividade a partir de 1970, mas sozinha representa cerca de 58,66% do PIB nacional em 1989.

A região Nordeste a partir de 1970 consegue recuperar suas perdas nos anos anteriores chegando a representar cerca de 14,32% do PIB nacional em 1989.

As regiões Norte e Centro Oeste que partiram de 2,70% e 2,11% do PIB em 1939 para 5,05% e 6,31% respectivamente em 1989, um aumento substancial, mas ainda muito baixo em representatividade nacional.

A região Sul permaneceu na média de 15% do PIB nacional ao longo do período, chegando a ter perdas após 1970, provavelmente reflexo do desenvolvimento da região Centro Oeste.

Assim visto nesta perspectiva a parcela mais pobre do país não conseguiu aumentar sua importância econômica ao longo de mais de meio século de desenvolvimento nacional.

TABELA 7 – PARTICIPAÇÃO DE ALGUMAS REGIÕES NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NACIONAL (EM %)

ANO	Nordeste	Sul	Rio de Janeiro	de Minas Gerais	São Paulo	Total
1970	5,7	12,0	15,7	6,5	58,1	97,9
1975	6,7	14,9	13,5	6,3	55,7	97,1
1980	8,2	15,9	10,6	7,7	53,4	95,9
1985	8,6	16,7	9,5	8,3	51,9	94,9

Fonte: AZZONI, C.R.; FERREIRA, D.A. (1997, 67)

A economia paulista conseguiu, apesar da desconcentração, manter a maioria da produção de riquezas do país, mesmo tendo um decréscimo em sua produção industrial de 58,1% em 1970 para 51,9% em 1985, conforme Tabela 7.

Todas as outras regiões apresentam crescimento na produção industrial com destaque para região Sul, segunda colocada em representatividade nacional.

Um caso isolado é o Rio de Janeiro com uma tendência ao esvaziamento econômico e a queda significativa em sua participação chegando a representar 9,5% da produção industrial nacional (Tabela 7).

Segundo GUIMARÃES (1995) no que se refere a desconcentração intra regional chama-se a atenção para os casos do Sudeste e do Sul, onde esse processo ocorre com maior clareza. Na primeira região, os estados de maior renda como São Paulo e Rio de Janeiro, perdem importância relativa em favor de Minas Gerais e

Espírito Santo, no caso da região Sul, essa perda de posição relativa é sofrida pelo Rio Grande Sul relativamente do Paraná e Santa Catarina.

Ocorreu redução dos níveis de pobreza no Brasil entre 1970 e 1980, associada ao crescimento nos anos 70, que permitiu a absorção de mão de obra e o número de ocupados por família, foi estimado em 44,7 milhões o contingente de pobres em 1970 o que representava cerca de 54% da população e em 1980 era de 29,4 milhões cerca de 24,8% do total da população. Nos anos 70 os dados mostram que as regiões de maior nível de renda por habitante reduziram mais intensamente os seus níveis de pobreza. No Sudeste a redução no nível de pobreza (37,7% para 12%) do mesmo modo na região Sul (51,4% para 18,2%), no Nordeste de 76,8% para 49,6% e na região Norte de 59,3% para 30,9%, o impacto do crescimento econômico, do emprego e das políticas sociais adotadas foi mais intenso no Sudeste. (GUIMARÃES, 1995, p. 62-64)

Nos anos 80 por influência das dificuldades econômicas e das políticas de estabilização, medidas restritivas, o número de pobres volta a crescer.

Tendo em vista os fatos analisados neste capítulo verificamos que existem muitas desigualdades regionais, com ênfase no grau elevado de concentração econômica na região Sudeste e Sul, confirmando a Teoria de MYRDAL que apesar dos esforços acabam existindo convergência de riquezas para as regiões mais desenvolvidas.

Em seguida, analisaremos de que maneira estão correlacionados a concentração de riqueza em determinadas regiões com os indicadores de qualidade de vida. Ou seja, será que nas regiões mais ricas e industrializadas temos uma melhor qualidade de vida?

3. CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS E BEM ESTAR SOCIAL

De acordo com análise feita no capítulo anterior, verificamos que ocorreu uma leve descentralização do crescimento econômico, propiciando a expansão do desenvolvimento para regiões distintas.

O crescimento econômico é representado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, que conforme Tabela 8, demonstra que a riqueza do país está concentrada basicamente na região Sudeste, que sozinha representa cerca de 60% de todo PIB nacional entre 1990 e 1998, tendo como principal fonte de riquezas o estado de São Paulo com cerca de 36% em média do PIB nacional.

TABELA 8 – ESTRUTURA DO PIB POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1990 A 1998

(EM %)

Região e Estados	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
NORTE	4,9	4,8	4,6	4,7	4,5	4,7	4,7	4,7	4,8
RO	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7
AC	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
AM	1,4	1,2	1,1	1,4	1,2	1,3	1,3	1,2	1,3
RR	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
PA	2,3	2,4	2,4	2,1	2,1	2,2	2,1	2,1	2,2
AP	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
TO	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
NORDESTE	13,1	12,7	12,3	11,8	12,4	12,4	12,4	12,3	12,6
MA	1,1	0,9	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0
PI	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
CE	1,6	1,7	1,7	1,6	1,7	1,7	1,7	1,8	1,8
RN	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
PB	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
PE	2,5	2,6	2,4	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3
AL	1,0	0,8	0,8	0,7	0,9	0,8	0,8	0,7	0,8
SE	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
BA	4,2	4,0	4,0	4,2	4,2	4,1	4,1	4,0	4,1
SUDESTE	58,3	59,1	59,7	59,5	58,9	59,3	60,2	60,2	59,6
MG	9,51	9,53	9,86	10,06	10,35	9,86	9,72	9,88	9,79
ES	1,47	1,49	1,53	1,49	1,57	1,54	1,54	1,47	1,50
RJ	12,46	12,05	11,38	10,91	10,23	10,36	10,99	10,98	11,09
SP	34,9	36,0	36,9	37,1	36,8	37,5	37,9	37,9	37,2
SUL	16,7	16,4	16,7	17,3	17,1	16,6	15,9	15,8	15,9
PR	6,1	6,2	6,0	6,5	6,3	6,3	5,8	5,8	5,8
SC	3,4	3,1	3,1	3,3	3,3	3,2	3,1	3,0	3,1
RS	7,2	7,1	7,5	7,6	7,5	7,2	6,9	6,9	7,0
CENTRO OESTE	7,0	7,1	6,8	6,6	7,1	7,0	6,9	7,0	7,1
MS	1,1	1,2	1,2	1,2	1,5	1,4	1,4	1,3	1,4
MT	1,0	1,2	1,1	0,9	1,0	1,1	1,1	1,0	1,1
GO	2,0	2,1	2,0	1,9	2,0	2,0	2,0	2,0	1,9
DF	2,8	2,7	2,5	2,5	2,6	2,6	2,5	2,6	2,7
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IPEA

As regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro Oeste ainda têm pouca representatividade na produção de riquezas, pois juntas representam apenas 40% de PIB nacional, destaque para região Sul representando aproximadamente 16% do PIB nacional.

Apesar de passar por um período de relativa estabilidade com expectativas de crescimento futuro, a economia nacional ainda tem como entrave ao seu processo de desenvolvimento um alto grau de desigualdade, que pode ser identificado das mais diversas formas, seja através da participação das classes ou regiões mais pobres na renda nacional, seja através do comportamento até mesmo do acesso da população a estrutura básica. (NASSER, 2000, pág.125)

Apesar de constataremos que existe uma concentração de riquezas no país, sabemos que a distribuição e formas de utilização desta renda são essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população.

Conforme GUIMARÃES (1995) os indicadores podem demonstrar as diferenças entre as regiões quanto à estrutura produtiva, características da concentração e dispersão das atividades agrícolas e industriais.

Segundo GUIMARÃES (1995, p. 125) "Um exemplo claro da diferença entre as regiões são os seus indicadores sociais, a renda por habitante na região Sudeste é quase três vezes (exatamente 2,9 vezes) maior que a do nordestino e que a de São Paulo, é sete vezes maior que a do brasileiro residente no Piauí ou 5,5 vezes maior que a do maranhense ou paraibano".

O aumento da renda é um fator importante para que as pessoas possam ter mais acesso aos serviços básicos de saúde, educação, moradia, saneamento e outros necessários para suprir suas necessidades básicas para sobrevivência.

Através de alguns indicadores sociais poderemos analisar se as regiões mais ricas realmente apresentam níveis de bem estar maiores do que as outras.

3.1 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

É um indicador que representa a quantidade de crianças que morrem antes de atingir um ano de idade, por cada mil nascidos vivos, e demonstra claramente o aumento da qualidade de vida ou não.

Para que ocorra a redução de mortalidade infantil é necessário que haja condições de assistência as gestantes durante e após o nascimento, um sistema de saúde acessível e de qualidade, alimentação suficiente e adequada para a mãe e a criança, saneamento básico e moradia.

Tudo isto depende das condições financeiras da família (renda) e serviços públicos prestados pelo governo, analisando a TABELA 9 notamos que ente 1990 e 1998 ocorreu uma significativa redução das taxas de mortalidade infantil em todas as regiões brasileiras, como no Nordeste que conseguiu reduzir de 74,30 para 53,50, que não chega a ser excelente, mas é uma evolução muito boa.

Analisando os dados podemos notar que os melhores indicadores novamente estão na região Sudeste e Sul com 22,10 e 18,70 respectivamente.

TABELA 9 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1990-1998

REGIÃO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
BRASIL	49,40	46,99	44,79	42,80	41,01	39,40	37,97	37,40	33,10
NORTE	44,59	42,26	40,37	38,88	37,72	36,82	36,13	36,00	34,60
NORDESTE	74,30	71,15	68,37	65,92	63,80	61,96	60,39	58,30	53,50
SUDESTE	33,57	31,62	29,97	28,60	27,47	26,56	25,82	26,10	22,10
SUL	27,36	25,94	24,87	24,08	23,49	23,07	22,76	24,00	18,70
CENTRO- OESTE	31,19	29,74	28,56	27,61	26,85	26,25	25,77	27,10	25,60

Fontes: MS/SSE/datasus e RIPS/IDB(2000) in: IPEA, 2002 POLÍTICAS SOCIAIS 4, pg. 168

Notas: O número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade expresso por mil nascidos vivos.

Os dados de 1997 e 1998 são provenientes de IDB (2000) e foram calculados diretamente dos sistemas SIM E SINASC, para os estados que atingiram índice final(coberta e regularidade do SIM) igual ou superior a 80% de cobertura do SINASC igual ou superior a 90%. O demais dados foram estimados pelo IBGE a partir de métodos demográficos indiretos.

3.2 ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

Demonstra o número médio de anos esperados para um recém nascido viver, este indicador depende também das condições de vida que a pessoa terá acesso como saneamento e saúde, que pode colaboram para redução da

possibilidade de contrair doenças que venham a reduzir seu tempo de vida, hospitais e tratamentos preventivos, acesso a educação, trabalho para que possa estar se desenvolvendo profissionalmente, tendo uma renda capaz de sanar suas necessidades.

Além disso o fator segurança pública é essencial, pois segundo o Ministério da Saúde entre 1990 e 1999 cerca de 270 mil pessoas foram vítimas fatais de arma de fogo, sendo que 30% das vítimas eram jovens entre 15 e 30 anos.

No Brasil a esperança de vida em 1999 era aproximadamente de 68,40 anos, este resultado é sem dúvida reflexo dos indicadores de principalmente das Regiões Sul (74,77 em 1999) e Sudeste (74,08 em 1999) que no período 1996 a 1999 tiveram indicadores de esperança de vida superiores a média nacional (TABELA 10).

TABELA 10 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER AMBOS OS SEXOS – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1996 – 1999

REGIÃO	1996	1997	1998	1999
BRASIL	67,58	67,78	68,04	68,40
NORTE	67,38	67,55	67,85	68,16
NORDESTE	64,46	64,83	65,14	62,41
SUDESTE	68,82	68,97	69,17	69,40
SUL	70,20	70,34	70,57	70,80
CENTRO OESTE	68,54	68,67	68,92	69,17

Fonte: Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSa In: IPEA, 2002 POLÍTICAS SOCIAIS 4, pg. 169

Nota: Número médio de anos esperados para um recém nascido viver.

Obs: Os dados da população são provenientes do IBGE.

3.3 SANEAMENTO BÁSICO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O saneamento básico e o abastecimento de água são indicadores típicos de qualidade de vida, pois são indispensáveis para manter a saúde das pessoas. A água tratada e redes de esgoto e canalização evitam a proliferação de doenças e

aumentam as condições de higiene da população, evitando assim a proliferação de doenças.

No Brasil cerca de 89,19% dos domicílios possuíam abastecimento de água em 1999, no geral no período todas as regiões estão com indicadores bons a este respeito com aproximadamente 80% da população com acesso a estes serviços, com exceção da região Norte com 59,84% (TABELA 11), devido a sua geografia e densidade demográfica.

As regiões mais ricas têm os melhores indicadores a região Sudeste com 94,82% e a Sul com 94,82% dos domicílios abastecidos por água tratada (TABELA 11).

TABELA 11 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1992 / 1999 (em %)

REGIÃO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
BRASIL	82,31	83,03	84,51	87,06	86,59	87,83	88,48
NORTE	56,05	56,49	54,93	59,72	56,95	57,90	59,84
NORDESTE	70,65	70,89	74,00	79,18	76,61	80,91	80,82
SUDESTE	90,66	91,19	92,61	93,74	93,97	94,39	94,82
SUL	87,19	89,37	90,36	92,62	92,67	92,36	94,03
CENTRO-OESTE	72,10	73,68	75,09	78,03	80,18	80,81	82,45

Fonte: IBGE/PNAD microdados in: IPEA, Políticas Sociais 4, 2002, p.174

Obs: Abastecimento de água adequado compreende o abastecimento com canalização interna em, pelo menos um cômodo, proveniente de rede geral.

Em 1994 a PNAD não foi realizada.

O panorama do acesso da população ao esgotamento sanitário não é tão bom quanto à água tratada, os indicadores são bem baixos nas regiões Norte (53,27%), Nordeste (50,85%) e Centro Oeste (47,78%) em 1999, melhoram a partir de 1992, mas permanecem abaixo da média nacional (73,87%)(TABELA 12).

Ao contrário disto as regiões Sul e Sudeste tem indicadores acima da média nacional (TABELA 12) neste período com 77,22% e 90,17% respectivamente,

considerados muito bons, isto pode ser reflexo de investimentos provenientes da geração da riqueza, para melhoria da qualidade de vida da população.

TABELA 12 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1992 / 1999 (em percentual)

REGIÃO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
BRASIL	66,07	67,78	68,52	72,32	71,70	73,29	73,87
NORTE	38,41	43,18	43,13	46,00	48,60	49,89	53,27
NORDESTE	43,90	46,59	46,10	52,09	48,58	49,74	50,85
SUDESTE	82,78	84,00	85,73	88,36	88,68	90,29	90,17
SUL	67,45	67,99	70,07	74,70	72,60	74,63	77,22
CENTRO-OESTE	39,84	43,27	41,36	45,75	48,40	50,17	47,78

Fonte: IBGE/PNAD microdados in: IPEA, Políticas Sociais 4, 2002, p.174

Obs: Esgotamento sanitário adequado compreende rede coletora ou fossa séptica.

Em 1994 a PNAD não foi realizada.

3.4 – ANALFABETISMO E MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO

O grau de escolaridade de um país pode determinar o seu nível cultural, político e social, uma população com acesso a educação pode desenvolver-se melhor, buscar informações e formas de aprimorar seus conhecimentos, analisar e participar das mudanças políticas da nação, realizar-se profissionalmente e contribuir para a evolução de tecnologias e pesquisas científicas.

Conforme TABELA 13 verificamos que o Brasil ainda possui taxas muito altas de analfabetismo em torno de 13% (1999) da população, não sabe ler e escrever, o que leva estas pessoas a uma certa exclusão no mercado de trabalho, informação, comunicação, e principalmente tem um grau muito maior de dificuldade de entender e interagir com as inovações tecnológicas e sociais que ocorrem na atualidade.

Nas regiões brasileiras verifica-se que as Regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste tem os piores indicadores de analfabetismo, talvez em consequência das características geográficas que dificultam o acesso as escolas em algumas partes

Nas regiões brasileiras verifica-se que as Regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste tem os piores indicadores de analfabetismo, talvez em consequência das características geográficas que dificultam o acesso as escolas em algumas partes destas regiões, em oposição estão as regiões Sul e Sudeste com indicadores muito baixos de analfabetismo em torno de 7% (1999) da população, o que pode ser considerado excelente para um país em desenvolvimento, mais uma vez o cenário demonstrar a diferença marcante entre as regiões.

TABELA 13 – TAXA DE ANALFABETISMO – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1992 A 1999(em %)

REGIÕES	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
BRASIL	17,19	16,44	15,57	14,66	14,70	13,78	13,33
NORTE	14,21	14,83	13,31	12,41	13,52	12,62	12,34
NORDESTE	32,73	31,83	30,49	28,73	29,39	27,48	26,59
SUDESTE	10,88	9,91	9,29	8,74	8,56	8,08	7,77
SUL	10,21	9,81	9,11	8,86	8,26	8,09	7,76
CENTRO-OESTE	14,48	13,99	13,35	11,58	12,38	11,09	10,76

FONTE: IBGE/Microdados PNAD in: IPEA, Políticas Sociais 4, 2002, p.178

Elaboração: IPEA/DISOC.

Obs: A PNAD não foi realizada em 1994.

A média de anos que a pessoa permanece na escola também pode indicar o grau de seu desenvolvimento, sua capacidade de análise e conhecimento, no Brasil a média permanece em torno de 6 anos, que pode ser considerado regular, com exceção da região Nordeste que está bem abaixo do nível em torno de 4,60 anos, a Região Sul e Sudeste estão acima da média nacional (TABELA 14).

Tendo em vista a exigência do mercado de trabalho que está em torno de 8 a 12 anos de escolaridade, deixa claro o grau de desqualificação da mão de obra no país e os baixos salários.

**TABELA 14 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDOS DE INSTRUÇÃO FORMAL –
BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1992 A 1999**

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
BRASIL	5,21	5,32	5,50	5,66	5,76	5,94	6,07
NORTE	5,38	5,28	5,55	5,65	5,71	5,82	6,07
NORDESTE	3,81	3,96	4,07	4,25	4,31	4,48	4,60
SUDESTE	5,86	5,99	6,19	6,36	6,46	6,65	6,76
SUL	5,62	5,71	5,93	6,07	6,16	6,34	6,51
CENTRO- OESTE	5,44	5,54	5,65	5,82	5,98	6,16	6,25

FONTE: IBGE/Microdados PNAD in: IPEA, Políticas Sociais 4, 2002, p.177

Elaboração: IPEA/DISOC

Obs: A PNAD não foi realizada em 1994.

3.5 COEFICIENTE DE GINI

O coeficiente revela o grau de concentração de renda, quanto mais seu valor se aproxima de 1, maior o grau de concentração e quanto mais se aproxima de zero, maior a justiça social.

A TABELA 15 demonstra que no Brasil existe uma concentração muito grande de renda em média 0,6, no período 1992 a 1999 na maioria das regiões existe uma tendência a aumentar a concentração de renda , ou seja não existe uma distribuição de renda eficiente, gerando uma desigualdade muito grande, com a renda ficando em poder de uma minoria de pessoas enquanto a maioria tem uma redução ou uma renda insuficiente para manter suas necessidades básicas.

Quanto maior a concentração a tendência é piorar a qualidade de vida, pois a renda da população é um fator essencial para que possam adquirir os bens e serviços para sua subsistência, tendo em vista o quadro apresentado no Brasil entre 1992 – 1990 a situação é cada vez menos favorável às classes mais pobres.

Fazendo uma análise da distribuição da renda por regiões (TABELA 15) , nota-se que as regiões Sul (em média 0,56) e Sudeste (em média 0,56) apresentam

os menores valores do coeficiente de GINI, portanto sendo as regiões onde melhor se distribuiu a renda na década de noventa. A região Nordeste, ao contrário vem a partir de 1992 aumentando o grau de concentração de renda, apresentando a pior distribuição de renda do país, as regiões Norte e Centro Oeste permanecem com índices também muito altos de má distribuição.

De uma maneira geral o Brasil apresenta uma distribuição de renda muito desigual o que contribui para piorar a qualidade de vida em todo país.

TABELA 15 – COEFICIENTE DE GINI – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1992-1999

ÍNDICE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
BRASIL	0,58	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,59
NORTE	0,56	0,58	0,59	0,58	0,59	0,58	0,57
NORDESTE	0,59	0,63	0,60	0,62	0,62	0,61	0,60
SUDESTE	0,54	0,57	0,56	0,56	0,56	0,56	0,56
SUL	0,54	0,55	0,56	0,56	0,55	0,55	0,56
CENTRO-OESTE	0,59	0,60	0,58	0,60	0,60	0,60	0,59

FONTE: IBGE/PNAD

Elaboração: IPEA/DISOC

Obs: A PNAD não foi realizada em 1994

3.6 VIOLÊNCIA

A violência é um dos indicadores mais prejudiciais a qualidade de vida pois afeta tanto o patrimônio quanto à integridade física das pessoas, e pode ser influenciado por diversos fatores como taxas altas de desemprego, tráfico de drogas, contrabando, prostituição, falta de controle de armas de fogo, e principalmente ineficiência do sistema de segurança pública.

Segundo dados das Secretarias Estaduais de Segurança Pública de 2001 e 2002 podemos analisar a situação no país dos diversos tipos de violência citados a seguir:

Um dos crimes mais freqüente é o Roubo/Furto de veículos, e também com dados mais precisos, pois na maioria das vezes são notificados, devido ao ressarcimento das seguradoras. As maiores taxas de furtos são dos estados que

possuem as maiores frotas de veículos do país São Paulo com cerca de 113.180 casos em 2001 e Rio de Janeiro com 18.572 casos em 2001, seguidos por Rio Grande do Sul com 18.177 casos, Minas Gerais 16.194 e Santa Catarina 6.257.

O furto de veículos depende muito do poder aquisitivo das pessoas que adquirem mais quantidade de veículos por família, total da população e condições geográficas da região, como no caso a Região Norte que possuem os menores índices de furto de veículos do país.

Segundo as Secretarias de Estado de Segurança Pública o crime com menor número de notificações são os furtos a residências, pessoas e outros, os menores índices estão concentrados em Alagoas e Ceará com 81,5 e 56,4 ocorrências por 100 mil habitantes, a maior incidência de furtos são Santa Catarina com cerca de 100.954 casos em 2001, que é um número alto para uma população de apenas 5.448.736 (devido a grande quantidade de casas de veraneio nos Balneários), seguida de Rio Grande do Sul com 208971 casos em 2001 e Minas Gerais com 109.345 casos em 2001.

Um dado interessante é que no Distrito Federal e Rio Grande do Sul a cada 100 pessoas pelo menos 2 já foram assaltadas, o que certifica a falta de segurança pública.

Um outro indicador importante é os números de homicídios dolosos e culposos, as taxas mais altas se concentraram em 2001 nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro com 55,1 e 42,3 casos a cada 100 mil habitantes, os menores índices foram registrados em Santa Catarina e Rio Grande do Norte com 6,6 e 7,8 casos a cada 100 mil habitantes, os menores índices.

Juntamente com este tipo de crime podem ser analisados os dados de lesões corporais que abrangem também os casos de agressão doméstica (mulheres e crianças), as taxas mais altas são no Amazonas e Acre com 1210 e 807 casos por 100 mil habitantes em 2001, o que demonstra a violência mais presente na vida da população.

A região Sul e Sudeste existem mais registros devido a mecanismos de controle mais eficientes de registro deste tipo de crime.

Analisaremos agora um tipo de crime que não é tão freqüente quanto os outros, mas com certeza é o que maior impacto causa sobre a sensação de segurança que é o seqüestro , raramente ultrapassam 1 ocorrência por 100 mil habitantes, no ano de 2001 os casos se concentraram em São Paulo com 307 casos , Minas Gerais com 38 casos Piauí com 32 casos e Mato Grosso de Sul com 21 casos, com destaque para o estado do Piauí com alto índice relativo a população acima de 1 caso por 100 mil habitantes.

Mediante o cenário dos principais tipos de violência divulgados acima notamos que a criminalidade está dispersa em todo país, mas a maioria dos tipos deles concentra-se na região Sul e Sudeste que são também onde se concentra a riqueza nacional.

Ao analisarmos os indicadores de qualidade de vida acima citados podemos concluir, que de certa forma o país tem melhorado seus indicadores através dos anos, mas deixando claro que as regiões mais favorecidas são a região Sul e Sudeste com indicadores mais favoráveis em comparação com as outras regiões, que ainda possuem um quadro de muitas dificuldades em desenvolver-se.

Podemos concluir que realmente no Brasil as regiões com maior concentração de riqueza concentram também a melhor qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Os resultados da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) regional no Brasil nos anos 90, demonstram claramente que a riqueza está concentrada principalmente nas regiões Sudeste e Sul respectivamente.

Analisando o processo histórico brasileiro concluem-se que ao longo dos anos formou-se uma concentração da economia brasileira em torno de determinadas regiões, apesar de esforços do Estado em expandir o desenvolvimento para outros locais, principalmente durante os anos 60 e 70, permanece uma concentração de riqueza muito acentuada.

Assim, ficou evidenciado que o Brasil tem um problema quanto à desigualdade de desenvolvimento entre as regiões, sendo que a região Sudeste e Sul estão na maioria das vezes com indicadores melhores que a média nacional, em detrimento a outras regiões que desenvolvem-se mais lentamente como Nordeste, Norte e Centro – Oeste.

Os indicadores sociais de mortalidade infantil, acesso ao saneamento e água tratada, esperança de vida, analfabetismo, média de anos de permanência na escola, ilustram claramente esta desigualdade regional, pois tem resultados muito bons nas Regiões Sudeste e Sul e menos representativos nas outras regiões.

O resultado da concentração de renda no país, analisado através do Coeficiente de GINI, demonstrou uma concentração acentuada de renda em todo o país, com mais intensidade nas regiões de menor PIB (Nordeste, Norte e Centro – Oeste), o que acarreta dificuldades muito maiores para que estas se desenvolvam, já que com a concentração a maioria da população não se beneficia com o crescimento econômico.

A segurança também é um fator determinante para a qualidade de vida melhorar, neste ponto o país inteiro está com indicadores alarmantes de violência contra o patrimônio e a pessoa, algumas regiões se destacam pela quantidade de ocorrências como é o caso da Região Sudeste, em especial o estado de São Paulo, de um modo geral todos os estados apresentam problemas graves quanto à violência,

mas segundo os tipos de crimes analisados podemos verificar que as maiores taxas concentram-se nos estados do Sul e Sudeste.

Ao analisarmos o cenário brasileiro podemos encaixa-lo na Teoria da Causação Circular Cumulativa de MYRDALL, que defende que o crescimento econômico gera uma concentração de desenvolvimento em determinadas regiões, em detrimento das outras. Ou seja, as regiões Sudeste e Sul melhoram seus indicadores de crescimento e bem estar gradativamente, enquanto Nordeste, Norte e Centro – Oeste estão em uma situação bem inferior, com dificuldades bem maiores de melhorar e a um ritmo bem mais lento de desenvolvimento.

Como conclusão deste trabalho, percebe-se que o Brasil ainda tem um quadro de desigualdades regionais muito grande, onde as regiões que concentram a riqueza também possuem os melhores níveis de bem estar social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. **Espaço, Polarização & Desenvolvimento – Uma Introdução a Economia Regional**. 5. ed., São Paulo: Editora Atlas, 1987.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **História Geral e História do Brasil**. 4. ed., São Paulo: Editora Ática, 1995.

AURELIANO, Liana Maria. **No Limiar da Industrialização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

AZZONI, C.R.; FERREIRA, D. A .. **Competitividade Regional e Reconcentração Industrial: O Futuro das Desigualdades no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste, vol. 28, nº especial, julho, 1997

AZZONI, Carlos Roberto. **Concentração Regional e Dispersão das Rendas Per Capita Estaduais: Análise a Partir de Séries Históricas Estaduais de PIB, 1939 – 1995**. Estudos Econômicos. São Paulo, vol. 27, nº 3, 1997.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio; MARTINE, George. **Concentração Econômica e Demográfica no Brasil: Recente Inversão do Padrão Histórico**. Revista de Economia Política, vol. 11, nº 3, julho- setembro, 1991.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Editora Global, 1985.

CLAUSET, Luiz Roberto. **Novíssimo Manual do Estudante**. São Paulo: Libra Empresa Editorial Ltda, vol. 2, 1986.

CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e Urbana**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

GENEREUX, I. **Objetivos da Política Econômica**. São Paulo, 1993.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: Caminhos e Descaminhos**. Disponível em : <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp15/leonardo.pdf> acesso em 20 novembro 2003.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Dinâmica Recente das Economias Regionais Brasileiras**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n º 86, setembro-dezembro, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Diretoria de Estudos Sociais: **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, nº 4, fevereiro, 2002.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Editora Nobel, 1994.

LEITE, Pedro Sisnando. **Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais**. Fortaleza: Imp. Universitária, 1983.

LESSA, Carlos. **Quinze Anos de Política Econômica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – **Dados sobre Criminalidade - 2002**

MYRDALL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 3. ed., Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.

NASSER, Bianca. **Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**. Revista do BNDES. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, dezembro, 2000.

RICHARDSON, Harry W. **Elementos de Economia Regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

S E N, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Editora Companhia de Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 3. ed., São Paulo: Editora Atlas, 1997